



RESOLUÇÃO Nº 003/2021

**INSTITUI NORMAS PARA A
CONVENÇÃO NACIONAL DO PDT.**

Considerando a necessidade de regulamentar a Convenção Nacional do Partido no ano de 2022;

Considerando o fato de nem todos os Diretórios estarem regularmente compostos;

Considerando a necessidade de dissipação de qualquer dúvida na interpretação e aplicação dos Estatutos Partidários;

Considerando, finalmente, o disposto nos Artigos 87, 90 e 94 dos Estatutos do PDT, a Comissão Executiva Nacional **RESOLVE:**

Art. 1º – A Convenção Nacional do Partido Democrático Trabalhista - PDT, convocada e presidida pelo Presidente do Diretório Nacional e em consonância com os Estatutos do PDT e legislação vigente, com a finalidade de eleger o Diretório Nacional, realizar-se-á no dia 21/01/2022, sexta-feira, no auditório da Sede Nacional PDT, localizado no SAFS, Qd 02, Lt 03, Plano Piloto, DF, Cep.: 70042-900, também de forma híbrida pelo aplicativo Zoom, com início às 14h00 e término previsível para as 17h00.

§ Único – A convocação da convenção, para todos os fins e na forma do Art. 17 do Estatuto, se dará por ato do Presidente do Diretório Nacional, editado em até 15 (quinze) dias antes de sua realização, com a publicação do respectivo edital publicado na página nacional e afixação na sede e site do Partido, no prazo de pelo menos 8 (oito) dias da data designada, enunciando a ordem do dia.

Art. 2º – A Convenção Nacional compõe-se, na forma do Art. 50 do Estatuto do PDT, pelos integrantes do Diretório Nacional, Conselho Político, Presidentes de Movimentos Partidários devidamente organizados em âmbito nacional, Senadores, Deputados Federais, os Presidentes das Comissões Provisórias Estaduais e Delegados Estaduais, eleitos exclusivamente para esse fim onde houver Diretório Estadual legalmente constituído.

§ Único – Na ausência do membro titular, será chamado a votar o suplente presente, observada a respectiva ordem de suplência no diretório, sucessivamente.



Art. 3º – O Diretório Nacional será constituído por 251 (duzentos e cinquenta e um) membros titulares e 101 (cento e um) membros suplentes, totalizando 352 (trezentos e cinquenta e dois) membros.

Art. 4º – Cada Estado da Federação terá direito, no mínimo a 01 (um) voto. Os Estados dirigidos por Comissões Provisórias serão representados por seus Presidentes, com direito a 01 (um) voto (Art. 16 do Estatuto). Somente os Estados dirigidos por Diretórios Estaduais legalmente constituídos, além do voto nato, indicarão mais 01 (um) delegado para cada 50.000 (cinquenta mil) votos obtidos para a Câmara Federal nas últimas eleições. (Art. 20, letra “b” Estatuto do PDT).

§ Único - Até a data da convocação da Convenção Nacional, a Executiva Nacional do PDT fixará e divulgará o número de delegados de cada Diretório, na forma do art. 20, b, do Estatuto.

Art. 5º – A relação de Delegados Estaduais deverá ser comunicada até o dia 10/01/2022 à Executiva Nacional, pelo Presidente do Diretório Estadual, mediante cópia da Ata que os designou, que a divulgará no site Nacional do PDT – www.pdt.org.br.

Art. 6º – É vedado o voto por procuração e limitado ao máximo de 02 (dois) votos por convencional. (Art. 15 Estatuto PDT)

Art. 7º – Na Convenção, por deliberação do plenário, o voto poderá ser: (Art. 18 Estatuto PDT)

I. Por aclamação, caso haja apenas uma chapa registrada;

II. Secreto, se houver mais de uma chapa registrada.

Art. 8º – A inscrição para registro de chapas para a composição e eleição do Diretório Nacional deverá se dar até às 18h. do 5º. (quinto) dia anterior à realização da Convenção, perante a Comissão Executiva Nacional, na sede Nacional do PDT, no endereço da SAFS - Qd 02 - Lt 03 - Atrás Anexo Itamaraty - Plano Piloto - DF, observado o que segue:

I – As chapas formadas para a disputa da Convenção Nacional, deverão ser apresentadas com os respectivos expressos consentimentos por escrito de seus membros titulares e suplentes, comprovadamente filiados ao partido com base em listagem fornecida pela Justiça Eleitoral, todos assinados e preenchidos com o número do Cadastro de Pessoa Física – CPF, número do título de eleitor, endereço eletrônico (e-mail), número de telefone, fac-símile e endereço residencial atualizado, conforme preconiza a Resolução TSE nº 23.093.



II – Ressalvadas as Convenções para a composição do Diretório Nacional, onde se observará a regra do Artigo 25 dos Estatutos do Partido, o registro das chapas dependerá da comprovação do apoio de pelo menos 1/3 (um terço) dos convencionais, vedada a participação em mais de uma chapa;

III – Imediatamente após o encerramento do prazo para inscrição de chapa, a Comissão Executiva se reunirá para o exame do pedido de registro, que será deferido se preenchidos os requisitos estatutários e os da presente Resolução.

IV – Cada chapa concorrente deverá indicar, junto com o pedido de registro, um representante para acompanhar a reunião da Comissão Executiva que julgará as inscrições;

V – Deferido o registro, a composição da chapa será afixada na Secretaria do Partido.

Art. 9º – Será considerada eleita, na sua integralidade, a chapa que alcançar 80% (oitenta) por cento mais um, do total de votos válidos.

§ 1º – Na hipótese de nenhuma chapa alcançar o percentual estabelecido no caput, as vagas para a composição do Diretório serão preenchidas pela proporção dos votos que cada chapa obtiver, considerados eleitos os membros da chapa pela sua ordem de inscrição.

§ 2º – As sobras aritméticas serão computadas para a chapa que tiver a maior votação.

Art. 10 – Empossados os eleitos, o Presidente da Convenção, antes de encerrá-la, fixará a data, hora e local em que o novo Diretório se reunirá para a escolha de sua Comissão Executiva, Conselho Fiscal, Comissão de Ética e Conselho Político.

Art. 11. – Esta Resolução foi aprovada na Reunião da Comissão Executiva Nacional do PDT realizada nesta data.

Brasília-DF, 20 de dezembro de 2021.



CARLOS LUPI

Presidente da Executiva Nacional do PDT